

O VOCABULÁRIO GEOGRÁFICO BRASILEIRO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LINGÜÍSTICA* 1

Maria Aparecida Honório-Ceci
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

RESUMO: *Este trabalho tem por objetivo explicitar os processos históricos que determinaram a constituição de um saber lexical no Brasil, tendo em vista as relações enunciativas entre o português e as línguas indígenas. Analisaremos a constituição do léxico na obra de Teodoro Sampaio, O Tupi na Geografia Nacional, focalizando as relações intertextuais e interdiscursivas postas em jogo no processo de gramatização brasileira. A historicização destes processos pode favorecer as discussões sobre a construção ética de políticas lingüísticas.*

ABSTRACT: *This paper aims at turning explicit the historical processes that have determined the constitution of lexical knowledge in Brazil, taking into account the enunciative relations between Portuguese and Indian languages. We will analyze the constitution of lexicon in the work of Teodoro Sampaio, O Tupi na Geografia Nacional (“Tupi in National Geography”), focusing on intertextual and interdiscursive relations engendered in the process of Brazilian grammatization. Historicizing these processes can favor discussions on the ethical construction of linguistic policies.*

No processo histórico de legitimação de uma língua nacional para o Brasil, distinta da de Portugal, o léxico de origem Tupi funcionou como argumento de diferenciação lingüística. Revisitando os relatos de viagem ao Brasil e os instrumentos lingüísticos produzidos nas bases da *exogramatização*, constata-se que a leitura deste arquivo por estudo-

* Referências bibliográficas: no final do artigo.
Data de recebimento do artigo – 10/08/2003
Data de aceitação do artigo – 17/11/2003

tos brasileiros instalou-se em um *espaço enunciativo* (Guimarães, 1997) de confronto, insurgindo novos *gestos de interpretação* sobre o léxico.

Destas leituras, resulta a publicação de produções lingüísticas brasileiras no final do século XIX, dirigidas pelos Institutos Históricos e Geográficos do Brasil (IHGB). O IHGB, fundado em 1838 com o objetivo de “investigar, colligir, estudar, divulgar e archivar os documentos concernentes á historia, geographia, ethnographia e archeologia, principalmente do Brazil.”², será financiado pelo Estado Imperial e passará a fazer parte do projeto político do período imperial, fato que contribui, inclusive, para a construção da imagem de D.Pedro II como um monarca “sábio e amigo das letras” (site IHGB).

No contexto das produções do Instituto, selecionamos, para o estudo em questão, a obra de Teodoro Sampaio, *O Tupi na Geografia Nacional*, publicada pela primeira vez em 1902, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Desta obra, interessa-nos, em especial, o *Vocabulario Geographico Brasileiro* incluído em *O Tupi* a partir de sua segunda edição (1914). Nosso interesse é produzir uma análise do processo de construção dos verbetes presentes neste *Vocabulário*, levando em conta um novo espaço enunciativo, estabelecido da perspectiva brasileira.

Uma das fontes de referência dos verbetes relativos aos topônimos de origem Tupi que constituem o *Vocabulário* é o relato de Hans Staden, *Viagens ao Brasil* (1557), este publicado pela primeira vez no Brasil em 1892, por Tristão de Alencar Araripe Jr, também na *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*³. Para a tupinização dos topônimos, Teodoro Sampaio fundamentou-se principalmente no Dicionário Português e Brasileiro, produção anônima de missionários jesuítas.

No *Vocabulário*, identificamos a presença, em certos verbetes, de enunciados definidores caracterizados pela presença de formas marcadas de *heterogeneidade mostrada* (Authier, 1998). Neste modo de construção dos enunciados, observamos que a intertextualidade explícita será um dos lugares estruturantes na construção de um certo tipo de saber lexical do domínio toponímico.

Segundo Dick (1990), “os topônimos tupis constituíram, por assim dizer, a feição visível de um código em desuso, desde o século XVIII, mas que, ainda hoje, mostram a vitalidade do sistema na frequência das lexias renovadas” (p.337-339)⁴.

O Tupi na Geografia Nacional, no qual se insere *O Vocabulário*, seria consagrado como obra de referência para os estudos toponímicos, tanto no campo lingüístico, quanto histórico-geográfico e antropológico, não obstante as críticas à abordagem etimológica do autor.

1. O Vocabulário Geográfico Brasileiro

A gramatização dos topônimos de origem Tupi é marcada por um acontecimento lingüístico específico: a produção do *Vocabulário Geográfico Brasileiro*, de autoria de Teodoro Sampaio, que, como já dissemos, aparece como anexo da obra *O Tupi na Geografia Nacional*.

O *Vocabulário* representa a sistematização dos estudos lingüísticos contidos em *O Tupi na Geografia Nacional*⁵, este dividido, em sua primeira versão, nos seguintes capítulos:

- Capítulo I: Da expansão da Lingua Tupi e do seu Predomínio na Geographia Nacional
- Capítulo II: Breves Apontamentos Sobre a Lingua Tupi com Relação ao Objecto deste Escripto
- Capítulo III: Das Alterações Phonicas no tupi sob a Influencia da Lingua Portugueza
- Capítulo IV: Da Interpretação dos Nomes Tupis com Emprego na Geographia e na Historia Natural

Esta obra recebeu cinco publicações, sendo que a primeira edição aparece em 1901, sem o VGB. Em seguida, novas edições são publicadas em 1914 e 1928, com comentários e acréscimos do próprio autor e com a incorporação do *Vocabulário Geográfico Brasileiro*.

Em 1955, Frederico Edelweiss organiza uma nova edição com sua Introdução e notas, que aparece justificada em comemoração ao primeiro centenário do nascimento do autor, publicada pela *Camara Municipal do Salvador*. Em 1987, surge a última publicação. Neste trabalho, a edição de 1955 será objeto de nossa análise.

2. Algumas condições de produção: a leitura dos *Prefúcios*

Nas condições sócio-históricas de sua produção, os vocábulos presentes no *VGB* são lidos da perspectiva do discurso de origem. Desta posição, livrar os vocábulos das ‘corrupções’, isentá-lo das influências de outros falares valia tanto quanto “resguardar um monumento historico”.

“Portanto, preservar-lhes a graphia verdadeira, e a verdadeira pronuncia, fixar-lhes o significado, interpretado através do véo obscuro dos metaplasmas, vale tanto como resguardar um monumento historico.” (*Revista do IHGSP*: 1901, p.488)

Nos *Prefácios* das edições posteriores, outras justificativas para o estudo dos topônimos de origem indígena são apresentadas: a motivação toponímica brasileira, explicitada como *motivação objetiva*⁶, é naturalizada. Nomear os lugares de acordo com sua característica física aparece como uma prática ‘natural’, ‘genuína’, uma especificidade nacional do modo de se produzir ciência:

“De Minas Gerais pedia-me um de seus representantes no Congresso Legislativo a tradução de bom número de nomes portugueses antigos e viciosos de localidades do Estado, por estar deliberado a apresentar projeto de lei, propondo a substituição destes nomes por outros de língua indígena. De diversas companhias de estradas de ferro, chegaram-me pedidos para dar nomes tupis, de conformidade com *a feição topográfica local*, às novas estações que se inauguravam ou às povoações que se queiram formando ao longo dessas linhas de penetração pelos sertões apartados, e a aceitação imediata, com que tais nomes eram acolhidos pelas populações, bem prova a sua decidida predileção por essa *maneira genuinamente nacional* de designar localidades.” (1914, p.53, *Prefácio a 2ª Edição*) (grifo meu)

A modificação de forma, qualificada como ‘corrupção’, é apresentada para, em seguida, ser negada. Prevalece o sentido vinculado à forma ‘primitiva’, sustentado pelo argumento empírico. A descrição das características do local designado garante a legitimação da forma:

ITAPARICA, corr. **itá-parí**, a tapagem de pedra ou cerca feita de pedras. Nome que tem a ilha maior das que ficam dentro da Bahia de Todos os Santos; assim se chama - **itáparica** ou **itaparí** - em allusão á corda de recifes que lhe protege a costa oceanica, “uma legua de baixos de pedra, onde o mar anda o mais tempo em flor”, como se lê no **Roteiro do Brasi. Bahia.**

ITAPECERICA, c. **itapé-cerica**, a lage escorregadia, ou a penha lisa. Nome dado pelo gentio ao monte rochoso, nú de qualquer vegetação pelas encostas. S.Paulo. Minas Geraes. V. **Itapeba**

MAUA, c. **ma-uã**, a cousa elevada; o alto, o firme; allusão á terra erguida entre baixas alagadiças. Rio de Janeiro.

Segundo Foucault (1985), “as alterações de sentido, porque limitadas a ponto de autorizarem uma ciência etimológica, se não absolutamente certa, ao menos “provável” – obedecem a princípios que se podem assinalar. Esses princípios que fomentam a história interior das línguas são todos de ordem espacial. Uns concernem à semelhança visível ou à vizinhança das coisas entre si; outros concernem ao lugar onde se depositam a linguagem e a forma segundo a qual ela se conserva. As figuras e a escrita.” (p.127).

Refletindo deste ponto de vista, a produção do *Vocabulário* significava uma possibilidade de se chegar à verdade das palavras pela verdade das coisas. A representação simbólica é absorvida pelo empírico, no processo de dissimulação de um real de língua colado ao real físico. O real da história é apagado neste tipo de discursividade.

3. O funcionamento das classes gramaticais no VGB

O *VGB* caracteriza-se pela presença de verbetes que representam principalmente o domínio da fauna, flora e acidentes geográficos, dentre outros com menor ocorrência (cultura material, partes do corpo, etc.).

Do ponto de vista das classes gramaticais, a grande maioria dos itens é classificada, no corpo do verbete, como *substantivo*, *substantivo composto* ou *adjetivos*. É relevante notar que esta classificação é significada pela descrição do verbete e não por um sentido *a priori*, fixado nas classes. Analisemos os verbetes abaixo, que trazem as classificações mencionadas:

amana s. a chuva, a nuvem chuvosa, nimbos. Alt.: **amã**.

eiruçu, s.c. **eier-uçú**, a abelha grande. Alt. **Iruçu**.

açú: adj. Quente, que tem calor. S.Paulo, Bahia.

Nota-se que o *substantivo amana* aparece ora na posição que o define como tal, ora na posição de adjetivo. Do mesmo modo, o elemento *uçu* (variação de *açú*) significa, em um contexto, como elemento composto (em *eiruçu*) e, em outro, como adjetivo (*açú*); neste segundo caso, o termo já aparece como brasileiro, pela apresentação do nome do local que o faz funcionar como adjetivo: S.Paulo/Bahia.

Em menor ocorrência aparecem as entradas classificadas como *verbo* nas quais, em alguns casos, esta classificação é dupla. Vejamos:

eraçoara, s.v. o carregador; o condutor; o que transporta.

O termo *eraçoara* é, no mesmo verbete, classificado como *substantivo* e *verbo*. Não obstante, a descrição comporta apenas um

valor para o vocábulo: o de substantivo; a perspectiva descritiva é a do sujeito que pratica a ação e não da ação. Em contrapartida, encontramos ainda casos em que o termo é classificado como *substantivo*, embora sua descrição represente a função verbal enquanto ação ou processo:

guara, s., a acção de comer ou beber; a comida, a bebida...

Uma última observação a fazer em relação à classe diz respeito à significação do substantivo *comum* em *próprio*, representando um topônimo de origem indígena. A interpretação do termo como um topônimo é marcada não pela sua classificação gramatical em nome próprio, mas pela presença, no corpo da descrição, de um topônimo identificável no espaço urbano. Constrói-se aqui um lugar de identificação para o brasileiro.

Guarujá, corr. **guarú-yá**, o viveiro dos **guarús**. S. Paulo.
V. **Guarú**.

Se por um lado, a inclusão do discurso da gramática no *Vocabulário* trabalha o efeito de sentido de cientificidade em relação aos dados apresentados; por outro, o modo de traduzir as palavras desloca o sentido da classificação.

4. Do geral ao específico: O funcionamento do artigo

As palavras não são usadas para designar coisas genéricas, mas, antes, coisas específicas, existentes em um espaço específico. É o efeito de pré-construído trabalhando a designação.

PARATY, s.c. **pará-ty**, a jazida do mar; o lagamar, o golfo. Confunde-se frequentemente com **piratí (pirá-tí)**, o peixe branco, a tainha (**Mugil liza**, Cuv.) Rio de Janeiro.

ITANHAÉM, c. **itá-nha~e**, a bacia de pedra; vaso de metal, a panella de ferro. S.Paulo

Paraty não é uma palavra que equivale à palavra *lagamar*; *Paraty* é *o lagamar*, objeto referido, e não *qualquer lagamar*. O artigo funciona aqui como lugar de sustentação de um *já-lá*. A localização espacial do termo que designa um topônimo também trabalha este sentido; neste caso, do lugar do brasileiro. A expressão referencial definida – *a jazida*

do mar; o lagamar, etc. – funciona, portanto, como um efeito de identificação do objeto referido no universo geográfico brasileiro.

Um fato curioso em relação ao conjunto de itens lexicais que representam os topônimos é o de que alguns dos nomes que são reconhecidos na geografia brasileira como nomes de localidades específicas (estados, cidades, acidentes geográficos) não são enunciados enquanto tal, ou seja, através de procedimentos metaenunciativos de nomeação ou através da indicação explícita de seu pertencimento geográfico, como os apresentados nos exemplos anteriores. Observemos:

JURUMIRIM, corr. **yurú-mirim**, a boca pequena, a barrinha.
GUARAPARI, c. **guara-parí**, o cercado ou curral dos passaros;
bacia onde as garças se reúnem.

A passagem do genérico ao específico será caracterizada, no discurso em questão, somente pela inclusão do artigo definido no sintagma nominal presente no enunciado. Trata-se de construir a evidência de que todos identificarão, pelo empírico, a característica *física* que motivou a nomeação do local: *o*. Palavra e coisa fundem-se na construção do real, igual para todos. Modo de construção enunciativa que será um dos lugares de sustentação da verdade sobre o saber lexical.

5. Os modos de tradução: ou isso e/ou aquilo

Do ponto de vista da tradução, constata-se que a construção de um sentido para os itens lexicais explicita-se como um espaço polêmico de negociação, que se manifesta de diferentes formas:

a) pela lógica da polissêmia (isto e aquilo)

ABURÁ, s.c. abú-rá, a respiração solta, o resfolego. Nome de uma serra em Pernambuco.

b) pela lógica da oposição “ou isto ou aquilo”

BERTIOGA, corr. **paratí-oca**, o refugio, ou morada das tainhas.

MORPION: palavra de origem duvidosa. João de Lery diz que é o nome que os índios davam ao forte da Bertioga, e Thevet applica-o á terra da Capitania de S.Vicente, mas Hans Staden deu-o á ilha de S.Vicente com a graphia **Urbioneme**.

UBATUBA: corr. **ybá-tyba**, o sitio das frutas, o frutal. Pode ser corrupção de **uyba-tyba**, o sitio das flexas, ou flexal, cannavial bravo; pode ainda proceder de **ybá-tyba**, significando o sitio das canôas. S.Paulo. Alt. **Ubatiba**. .V. **Uba, Ubá**.

Enquanto nos dois primeiros casos, o autor admite todas as interpretações como possíveis, colocando em cena um espaço polissêmico, no último caso, ele não se responsabiliza pela verdade do sentido enunciado.

Apesar de Sampaio, em sua segunda edição, já chamar a atenção para o fato de ter incluído diversas interpretações para o mesmo vocábulo como fator positivo da descrição, seu argumento sustenta-se no discurso purista, não perdendo de vista sua perspectiva: a busca da ‘verdadeira’ grafia que garantirá, portanto, o ‘verdadeiro’ significado do vocábulo. Ao mesmo tempo em que admite várias interpretações, argumenta que este fato é conseqüência da ‘corrupção’ dos elementos que compõem o vocábulo. Nesta direção interpretativa, as diferentes possibilidades de sentido para um mesmo termo são significadas não como polissemia, lugar produtivo do falante, mas como imprecisão. A filiação teórica a partir da qual o especialista fala é a da lingüística histórico-evolutiva:

“Outro ponto para o qual desejo chamar a atenção de V. Exa. é sob o que diz respeito às diversas interpretações que um mesmo vocábulo de procedência tupi pode ter, como resultado da corrupção dos diversos elementos que o compõem. (1914, p.55)

6. Intertextualidade: mecanismo estruturante do saber toponímico

O enunciado toponímico estrutura-se, em alguns verbetes, pelo jogo intertextual manifestado explicitamente. Neste jogo, o especialista-locutor brasileiro dialoga com os missionários e viajantes ora para contestá-los, ora para legitimar seu ponto de vista:

MORPION: palavra de origem duvidosa. João de Lery diz que é o nome que os índios davam ao forte de Bertioga, e Thevet applica-

o á terra da Capitania de S. Vicente, mas Hans Staden deu-o á ilha de e S. Vicente, com a graphia Urbioneme. **Morpio, Urbione** são, de certo, procedentes do mesmo **thema - Uirá-ypau**, exprimindo a ilha dos passos, thema de que procedem as fôrmas - **Uirá-upaon, Urapaon, Urpaon, Urpion, Urbione**. A graphia de H. Sataden - **Urbioneme**, pronunciado com o accento na antepenultima syllaba dá **Urbioneme**, equivalente a **Urbione-me** que significa - na ilha dos passaros. S. Paulo.

NITHEROY, vocabulo de graphia duvidosa. Hans Staden, em 1548, escrevia - **Iteronne**, que se aproxima de **Yterô**, agua reunida, estuario. O Padre Simão de Vasconcellos (1667) já escrevia - **Nitherô** e Januario da Cunha Barbosa, mais tarde (seculo XIX), escreveu - **Nictheroy**, com o significado de - **mar escondido**. 132.

IGUAGUAÇUPE, corr. **yguá-guaçú-pe**, no lagamar grande. Hans Staden escreveu **Iwawasupe**, de que Frei Gaspar da madre de Deus fez **Enguaguassupe** e traduziu - **pilão grande**. S. Paulo

Um outro conjunto de verbetes apresenta o argumento do novo em relação ao discurso dos missionários e viajantes, fato que se materializa por mecanismos metaenunciativos (*isto é, quer dizer*) a partir dos quais o autor retoma os sentidos já dados para ressignificá-los no interior do discurso brasileiro:

CAETITÉ: corr. **caá-etê-tê**, a matta verdadeira, extensa, o mat-tão. Se o vocabulo, na sua forma primitiva, era **Caitaté**, como querem alguns, dada a sua composição **caá-itá-té**, se traduzirá - **penedo destacado na matta, isto é**, pedra de relevo dentro da matta. Bahia. (grifo meu)

O novo se apresenta ainda em um outro tipo de relação intertextual, que materializa o jogo interlocutivo produzido dentro da discursividade brasileira. Este mecanismo manifesta-se tanto no interior do próprio enunciado quanto sob forma de *discurso paralelo*⁷ – representado nas notas de rodapé. As vozes de especialistas brasileiros e as vozes do povo trabalham a visibilidade da diversidade lingüística brasileira. A explicitação de diferentes modos de dizer ou significar o léxico (por outras línguas, pelo regional) é dita pela voz do locutor brasileiro.

IMBIAÇÁ, corr. **mbé-açá**, ou **pé-aça**, *forma guaraní* de **mbé-açaba**, a travessia do caminho; aonde o caminho vem ter ao rio ou ao exterior; o porto. V.**Peaça**.

ITAPECERICA, c. **itapé-cerica**, a lage escorregadia, ou a penha lisa. *Nome dado pelo gentio* ao monte rochoso, nú de qualquer vegetação pelas encostas. S.Paulo. Minas Geraes. V.**Itapeba**.

A explicitação da diversidade dos saberes também será um dos lugares de construção de um saber lexical no interior do discurso brasileiro:

GUYRÁ, corr. **Qua-y-rã**, o intransitável (passar não hade) *Bap. C.* Nome indígena do Salto das Sete Quedas. Outros pronunciam - **Guaryra**.

CEARÁ, corr. **cê-ará**, fala ou canta o papagaio; *J.de Alencar*, no **Iracema**, traduziu livremente - **canto da jandaia**. É nome de procedência obscura.

CATANDUVA, corr. **caatã-dyba**, o local do matto ralo, ou do cerrado; terreno secco com matto de inferior qualidade. 88. S. Paulo, Minas Geraes. V. **Catã**.

Nota 88: No *interior de São Paulo*, dá-se ao mato rasteiro, espinhento e mui fechado a denominação *catanduva*, procedente do tupi *caá-ãtan-dyba*, que se traduz *matagal rijo, áspero*. No *guarani*, *câtã* ou *cânã* exprime *folgado, ralo esparso*, e assim **catãdyba** ou **catãduba**, significaria a *charneca* (...). O mato ralo, como o cerrado, denominava-se **caáeté**, que quer dizer *mato verdadeiro*, com que se designam, no país, várias localidades e que o *vulgo* tem alterado para **caité** ou **caheté**. (*Edweilss*, p.132, grifo meu)

Algumas considerações finais

A análise dos verbetes presentes no VGB nos permitiu observar o surgimento de uma nova discursividade sobre os topônimos construída nas bases de uma intertextualidade brasileira.

A interxtualidade explícita aparece como um dos lugares estruturantes na construção de um saber toponímico. O especialista brasileiro, ao colocar em confronto diferentes saberes sobre o léxico, caracteriza-se como aquele que *diz quem nomeia*, ao mesmo tempo em que se coloca na posição de quem *(re)interpreta* o já-interpretado.

O modo de tradução dos vocábulos também caracteriza uma discursividade brasileira sobre o léxico: a presença do artigo definido como elemento constitutivo do sintagma nominal trabalha a passagem de um discurso de construção de um saber metalingüístico sobre o léxico toponímico para o discurso de construção de um saber geográfico.

Notas

¹ Este artigo insere-se âmbito do projeto pós-doc desenvolvido na USP sob a supervisão da Prof^a. Dr^a. Diana Luz P. de Barros, e financiado pela Fapesp. Este projeto faz parte do Projeto de Cooperação Internacional Capes/COFECUB, coordenado, no lado do Brasil, pelas professoras Diana Luz P. de Barros (USP) e Eni P. Orlandi (Unicamp).

² “Estatuto do Instituto Historico e Geographico Brasileiro”. In: *Revista do Instituto Historico*, T.70, Parte I, RJ: Imprensa Nacional, 1908: 899.

³ *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, nº55, Tomo LV, Parte I, RJ, Companhia Typographica do Brazil, 1892.

⁴ O desenvolvimento deste campo disciplinar, no âmbito dos estudos lingüísticos, viria a constituir linhas de pesquisas na área de lexicologia, lexicografia e terminologia. Os estudos dos topônimos no Brasil no âmbito científico e curricular foram acolhidos na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, na área de Línguas Indígenas do Brasil, “objetivando, principalmente, os estudos dos nomes de origem indígena, dentro de um conteúdo maior daquele que privilegiava a etnografia e o tupi antigo” (Dick, 1990).

⁵ Segundo Sampaio (1901), o trabalho de Frei Francisco dos Prazeres – *Etimologias Brasileiras* (1846), apesar de incompleto e sem rigoroso critério analítico, é o único que representa uma primeira sistematização dos topônimos de procedência Tupi.

⁶ Conforme concepção de Dick (1990).

⁷ Conforme concepção de Orlandi (1990).

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. (1992) *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp.
- AUTHIER-REVUZ, J. (1998). *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp.
- DICK, M.V.P.do Amaral.(1990). *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo, Edições Arquivo do Estado.
- FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 1985.
- NUNES, J.H..(1996) *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*. Tese de doutoramento, IEL, Unicamp.
- ORLANDI, Eni P. & BARROS, D.L.P.de. (1999). *História das Idéias Lingüísticas no Brasil: ética e política das línguas: Projeto de Cooperação Internacional Capes-COFECUB*. Unicamp/USP.

- ORLANDI, Eni P. (1996) *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2ª Ed., Campinas, SP: Pontes, 2004.
- _____. (1990). *Terra à Vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. da Unicamp.
- _____. & GUIMARÃES, E. (1999) “La formation d’un espace de production linguistique. La Grammaire au Brésil.”. In: *Langages*. Paris, Larousse.
- PÊCHEUX, M. (1997). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (1994). “Ler o arquivo hoje”. In: *Gestos de leitura: da história do discurso*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp.
- _____. (1988). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Ed. da Unicamp.
- STADEN, H. (1557) “Relação Verdica e Sucinta dos Uzos e Costumes dos Tupinambás”. Trad. Tristão de Alencar Araripe. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, nº 55, Tomo LV, Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1892.

Palavras-Chave – léxico, gramatização, línguas indígenas
Key-Words – lexicon, grammatization, indian languages